

## PARECER Nº , DE 2022

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2016, do Senador Paulo Paim e outros, que *altera os arts. 159 e 239 da Constituição Federal e acrescenta os arts. 101 e 102 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), para dispor sobre o Fundo de Promoção da Igualdade Racial.*



SF/22239.24502-34

Relator: Senador **WEVERTON**

### I – RELATÓRIO

Chega à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 33, de 2016, de autoria do Senador Paulo Paim e outros, que se propõe a alterar os arts. 159 e 239 da Constituição Federal e a acrescentar os arts. 101 e 102 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), para dispor sobre o Fundo de Promoção da Igualdade Racial.

A proposta está dividida em três artigos.

O art. 1º altera os arts. 159 e 239 da Constituição Federal no intuito de destinar ao Fundo de Promoção da Igualdade Racial (FPIR) os seguintes montantes:

a) 1% da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IR) e sobre produtos industrializados (IPI);

b) 3% da arrecadação das contribuições para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).

O art. 2º, por sua vez, acrescenta os arts. 101 e 102 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), os quais instituem o FPIR

com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades e a inclusão social da população negra mediante políticas públicas nas áreas, principalmente, de habitação, educação e formação profissional.

O art. 3º, por fim, contém a cláusula de vigência, com a emenda resultante entrando em vigor na data da sua publicação.

A proposição foi distribuída à CCJ e coube a mim a relatoria.

Não foram recebidas emendas.

## II – ANÁLISE

De acordo com o art. 101 e 356 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CCJ deve opinar sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por deliberação do Plenário, assim como emitir parecer sobre as Propostas de Emenda à Constituição.

A PEC nº 33, de 2016, satisfaz os requisitos de constitucionalidade contidos no art. 60 da Constituição Federal, e não tende a abolir cláusulas pétreas. Ademais, não verificamos óbices jurídicos e regimentais à proposição.

Outrossim, a PEC nº 33, de 2016, aprimora o ordenamento jurídico brasileiro com vistas a tornar ainda mais efetivas as medidas em prol da inclusão social da população negra.

Ao criar o Fundo de Promoção da Igualdade Racial, a PEC possibilita a implementação das ações contidas no Estatuto da Igualdade Racial, uma vez que a execução de qualquer política pública depende de recursos financeiros. Assim, entendemos que a criação do Fundo em questão, ao abrigo da Constituição da República, assegurará recursos públicos suficientes para a formulação e a execução de políticas públicas para a população negra, sendo uma forma de justiça social.

Observe-se, entretanto, que se fazem necessárias correções, de forma a adequar a PEC, apresentada em 2016, às emendas que a Constituição recebeu desde então. Além disso, observamos que os dispositivos que se



propõe inserir no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, por tratarem de normas sem validade temporal, devem ser transladados para o corpo de normas permanentes da Carta Magna. Por fim, faz-se necessário ajuste na cláusula de vigência da PEC, de forma a observar o princípio da integridade do exercício orçamentário.

### III – VOTO

Em razão do exposto, concluímos pela **aprovação** da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2016, na forma da seguinte emenda substitutiva:

#### **EMENDA Nº -CCJ (Substitutivo)** (à PEC nº 33, de 2016)

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, DE 2016**

Institui o Fundo de Promoção da Igualdade Racial.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** Os arts. 159 e 239 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 159.** .....

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, 51% (cinquenta e um por cento), da seguinte forma:

.....



g) 1% (um por cento) ao Fundo de Promoção da Igualdade Racial.

.....” (NR)

“**Art. 239.** .....

§ 1º Dos recursos mencionados no *caput*, serão destinados, pelo menos:

I – 28% (vinte e oito por cento) para financiar programas de desenvolvimento econômico, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com critérios de remuneração que lhes preservem o valor;

II – 3% (três por cento) para o Fundo de Promoção da Igualdade Racial.

.....” (NR)

**Art. 2º** A Constituição Federal passa a vigorar acrescida do seguinte art. 239-A:

“**Art. 239-A.** É instituído o Fundo de Promoção da Igualdade Racial, com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades e a inclusão social da população negra, por meio de políticas públicas nas diversas áreas, com ênfase para a habitação, a educação e a formação profissional.

§ 1º O Fundo previsto neste artigo contará com conselho consultivo e de acompanhamento formado por representantes do poder público e da sociedade civil, nos termos da lei.

§ 2º A lei regulará a organização do Fundo, a distribuição de seus recursos, bem como disporá sobre sua fiscalização, seu controle e sobre a organização do conselho mencionado no § 1º.

§ 3º Compõem o Fundo de Promoção da Igualdade Racial os recursos referidos na alínea “g” do inciso I do art. 159 e no inciso II do § 1º do art. 239 da Constituição, além daqueles oriundos de outras fontes previstas em lei.”

**Art. 3º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro do exercício subsequente.

Sala da Comissão,



, Presidente

, Relator



SF/22239.24502-34